

A Comunicação e o senso comum¹

Communication and common sense

La Comunicación y el senso común

José Luiz Braga

Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
<jbraga@unisinos.br>

Introdução

A elaboração deste artigo tem antecedentes em debates no GT de Epistemologia da Compós. Há poucos anos, ao tratar da questão de um desentranhamento de conhecimentos propriamente comunicacionais dentre proposições pertinentes a outras ciências humanas e sociais, fui questionado sobre uma provável falta de critérios para distinguir o que pode ser considerado especificamente referente à comunicação em minha pesquisa. Como – nessa ausência de critérios de distinção – eu poderia organizar minhas ideias, ou sequer pensá-las?

Minha resposta foi afirmar que me parecia suficiente fazer referência à noção (ou mesmo a noções variadas) sobre “comunicação” no senso comum. O contexto imediato das interações sociais permite compreender o sentido atribuído a essa palavra, que não se confunde com qualquer outra, e que imediatamente viabiliza o encaminhamento das questões práticas relacionadas. Efetivamente, só nos encontramos em estado de dúvida quando buscamos o rigor científico para cercar um sentido preciso e universal da expressão ou para caracterizar o fenômeno correspondente.

Se não temos um conceito teórico rigoroso e formalizado de comunicação, aquelas perspectivas de senso comum, mesmo variadas e lacunares, oferecem a possibilidade de um problema para reflexão e pesquisa – que é exatamente, em nossa perspectiva, o de fazer avançar esse conhecimento de senso comum em direção a perspectivas compreensivas refletidas, sistematizadas e testáveis por processos investigativos.

Assumi essa posição, de valorizar proposições de senso comum, por um movimento intuitivo, talvez um pouco como tática dialogal imediata; mas também porque constatei que era isso o que, como pesquisador, eu estava efetivamente fazendo: tomando como ponto de partida a “voz corrente”. A resposta pareceu-me válida, e tive ocasião, em outros momentos similares, de recorrer a ela.

Esses dois ângulos – o da tática dialogal e o do ponto de partida pragmático – são movimentos muito típicos do senso comum. Tornando vivamente consciente, por esses debates, do que tinha como uma de minhas bases,² isso acabou por se tornar uma exigência reflexiva, criando

1 O presente artigo foi apresentado em versão provisória e debatido no 2º Seminário “Quinta Essencial – Pensadores da Comunicação”, promovido pela Faculdade Cásper Líbero em agosto de 2016.

2 Outras são, naturalmente, as proposições elaboradas nas diversas ciências humanas e sociais, ao tratar de questões que estas assumem como sendo comunicacionais – exatamente porque surgem no seu ângulo de observação cotidiano sob essa rubrica; são então, no âmbito de cada CHS, relacionadas a suas preocupações específicas de conhecimento sobre Comunicação.

a necessidade de ultrapassar o conforto da alegação, em busca de um desenvolvimento mais sistematizado das relações entre minha pesquisa comunicacional e o que podemos chamar de “a questão do senso comum”. Essa questão passou a surgir incidentalmente em alguns dos meus artigos – mas o presente texto é o primeiro em que a abordo como eixo principal.

Trata-se de refletir sobre aspectos pertinentes do conhecimento de senso comum; sobre posições teóricas acerca de seu sentido na sociedade; e ainda sobre relações entretidas pelo senso comum com outras formas, especialidades e processos de conhecimento.

Senso comum diz respeito à capacidade humana de integração entre as percepções oferecidas pelos cinco sentidos, tão natural quanto estes. Os sentidos são integrados na percepção humana, que os relaciona na mente.

Devo testar a validade daquela “proposição de combate” assumida, quanto ao interesse do senso comum como fornecedor inicial de critérios. Indo além da mera afirmação, busco referências autorais para, a partir delas, elaborar relações mais especificadas entre o senso comum e o fenômeno comunicacional.

Primeiras bases

Desde as origens da expressão “senso comum” – e, portanto, de seu uso para referir determinados fenômenos humanos sociais –, multiplicam-se os sentidos que lhe são atribuídos, as referências empíricas de tais sentidos e as ênfases sobre aspectos variados da coisa.

George-Elia Safarti (2004) apresenta uma diversidade de perspectivas sobre o senso comum, entre os filósofos. No sentido original, de Aristóteles, sequer se trata de um processo diretamente social. *Senso comum* diz respeito à capacidade humana de integração entre as percepções oferecidas pelos cinco sentidos, tão natural quanto estes. Os sentidos são integrados na percepção humana, que os relaciona na mente. Em outro ângulo, sem usar a expressão “senso comum”, Aristóteles trata dos “lugares próprios” e do “lugar comum”, como âmbitos de validade diversos, no exercício do discurso. Sarfati assinala que Aristóteles, ao tratar dos lugares próprios (específicos) a cada gênero de discurso, e dos *lugares comuns*, nos quais qualquer assunto pode ser tratado, expõe certa confiança no que hoje relacionamos com o senso comum.

Antes de Aristóteles, Platão se preocupa com outro objeto – as crenças e opiniões compartilhadas pelos homens. Trata de enunciados sobre o mundo e a cidade, na forma de uma opinião que não apresenta o lastro reflexivo da Filosofia e é caracterizada por mera imitação não refletida – sujeita a erro.

Descartes valoriza o bom senso como racionalidade comum a todos os homens – uma qualidade da alma – mas distingue deste o senso comum, com valor restritivo, relacionado ao corpo. A racionalidade é aí automatizada, não chegando ao nível do bom senso.

Voltaire aproxima o senso comum do bom senso – mas sem atribuir a este um valor positivo: seria um “estado médio entre a estupidez e o espírito”³ (VOLTAIRE, 1764). Aparece, então, como uma qualidade do ser humano, relacionada à racionalidade – mas ao mesmo tempo como lacuna, como insuficiência: “em muitos homens, a razão começada cessa em seu progresso pela presença de preconceitos” (VOLTAIRE, 1764).

Spinoza enfatiza, nos processos de constituição do senso comum, seja o ouvir dizer, seja a experiência prática – ambos favorecendo o engano. Faz referência específica a crenças (o que é próximo, mas distinto de opinião).

Sarfati refere ainda Kant, que admite o senso comum como norma ideal nos julgamentos de gosto, valorizando a experiência subjetiva como faculdade humana de julgar.

Para Buffier, o senso comum aparece igualmente como faculdade de julgamento:

[...] a disposição que a natureza pôs em todos os homens ou manifestamente na maior parte deles, para lhes fazer possuir, quando atingem a idade da razão, um julgamento comum e uniforme sobre os diferentes objetos do sentido íntimo de sua própria percepção. (BUFFIER apud SARFATI, 2004).

*

Essas rápidas referências atestam uma observação de Sarfati sobre atitudes opostas, na filosofia, entre a hostilidade e a conciliação com o senso comum:

[...] as formulações filosóficas sucessivas se distinguem, a despeito de sua diversidade, por um engajamento axiológico fortemente marcado. Com efeito, os filósofos se exprimem seja contra, seja a partir de e com, seja em vista e a favor do senso comum. (SARFATI, 2004, p. 21).

Para além dessa apreensão valorativa com sinais inversos, de minha parte observo a variedade de aspectos pelos quais é observado um fenômeno que se evidencia como complexo – na medida em que os filósofos referidos enfatizam ângulos preferenciais diversos na substância do referente empírico “senso comum”.

Esse elenco de aspectos diversificados vai se ampliar a seguir, ao observarmos perspectivas sobre senso comum apresentadas nas diversas ciências humanas e sociais (CHS). Naturalmente, as duas posições, de hostilidade e de conciliação, tendem a enfatizar os aspectos do senso comum que melhor correspondem à posição axiológica do autor.

3 A noção de “*esprit*” não corresponde diretamente a racionalidade, mas antes a perspicácia, agilidade mental, ou originalidade de pensamento. O próprio Voltaire o caracteriza como “razão engenhosa”. Obs.: são nossas as traduções dos textos, originalmente em francês ou inglês.

Nas ciências sociais

A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento crescente das ciências humanas e sociais produziu um encontro entre suas perspectivas e as questões postas pelo senso comum – seja pelo ângulo das próprias características do fenômeno, como objeto; seja pelo tensionamento epistemológico dos diferentes processos de conhecimento e ação, em elaboração nas ciências, com relação a processos ocorrentes no senso comum. Como esperável, cada disciplina dentre as CHS inscreve essas questões em suas perspectivas específicas, vendo o senso comum por ângulos e ênfases diferenciados.

*

Na Antropologia Cultural, o senso comum aparece como um “saber intuitivo e imediato sobre o que é razoável fazer”

Na Antropologia Cultural, o senso comum aparece como um “saber intuitivo e imediato sobre o que é razoável fazer” (GUEORGUIEVA, 2002, p. 1) em um dado contexto social. Como o senso comum é culturalmente adquirido, seria impossível de determinar em termos universais. Corresponde a um acervo de descrições, de proposições, de modos de agir mais ou menos atestados pela cultura. Esse acervo é, portanto, variável, como as culturas.

Para Clifford Geertz, o senso comum é um “sistema cultural, embora não usualmente muito integrado” (1983, p. 76) – seu conteúdo varia no tempo e no espaço, de uma cultura a outra. Por outro lado, Geertz assinala alguns traços universais – o senso comum seria sempre natural, prático, não metódico.

*

Na Linguística, Sarfati observa que “a emergência do paradigma pragmático abre caminho para a possibilidade de uma análise linguística do senso comum” (SARFATI, 2004, p. 13). Em direcionamento próximo, a perspectiva performativa reinscreve o estudo da língua no ambiente da fala cotidiana, que é caracterizada pelos processos do senso comum, para observar as ações realizadas pelas palavras (AUSTIN, 1955). Enfatiza-se aí que a linguagem não é simplesmente um instrumento de representação; mas se desenvolve como modo de ação interacional – entre os participantes e destes sobre a realidade social.

Sobressaem aí dois aspectos: o da língua cotidiana⁴ como código relacionado à ação; e um entendimento do senso comum como processo e produto da prática social.

*

A Psicologia, desde a origem, não pode desconhecer em seu objeto “os comportamentos adaptativos necessários ao homem em suas interações com os outros e na sua confrontação com os problemas a resolver no cotidiano” (DROZDA-SENKOWSKA; STRERI, 2002, p. 115). As duas autoras trabalham o contraste entre os conhecimentos escolados⁵ e os conhecimentos profanos – estes últimos correspondendo aos processos do senso comum.

4 Nos textos em francês, como o de Sarfati, a expressão é “*langage ordinaire*” – com o sentido de comum, não especializado. A tradução literal poderia dar uma conotação negativa, que não existe no original.

5 Parece-me ser a melhor expressão para traduzir o “*savoirs savants*” do original.

Embora reconhecendo uma desconfiança dos cientistas com relação à “sabedoria popular”, observam que “a psicologia social confirma tantas teorias profanas [...] como teorias escoladas” (2002).

Drozda-Senkowska e Streri, assinalando que as “teorias profanas”⁶ (de senso comum, portanto) não são formalizadas nem cientificamente fundadas, observam, porém, que

[...] todos fazem apelo a elas para se julgar e julgar aos outros, explicar e/ou prever seu próprio comportamento e o dos demais. Elas são indispensáveis pois, para interagir sem excesso de hesitação, precisamos ter uma representação mental geral sobre o que é o outro e sobre seu modo de funcionamento. (2002, p. 121).

*

Na política, o senso comum é habitualmente relacionado a posições conservadoras, dado seu enraizamento em preconceitos cristalizados, em tradições largamente reiteradas, em crenças difundidas, que tendem à estagnação ou se movem muito lentamente. Jean-Yves Pranchère toma como ponto de partida uma concepção de senso comum segundo o senso comum: “Um conglomerado móvel de práticas, de crenças e de preconceitos partilhados por uma comunidade particular” (2014, p. 1).

Reencontramos aí o aspecto observável “opinião”, associado ao mero reprodutivismo não refletido de suas proposições. Gabriel Tarde (1895) também atribui a propagação da opinião a um processo de mera imitação, instintiva no ser humano.

A opinião, em âmbito social abrangente, com frequência se caracteriza como opinião política arraigada e como ideologia. Gramsci observa que:

Encontra-se com frequência em Marx uma alusão ao senso comum e à firmeza de suas crenças. Trata-se de uma referência não à validade do conteúdo dessas crenças, mas precisamente a sua robustez formal e, em consequência a seu caráter imperativo quando elas produzem normas de conduta. (GRAMSCI, 1933).

Por outro lado, Sophia Rosenfeld, comentada por Pranchère, considera que o senso comum reivindica sua própria autoridade social e aparece como um valor político, como uma força, a partir do século XVIII. Valoriza positivamente a competência bem distribuída da razão prática e lhe dá peso político.

A autoridade desse bom senso é manifesta desde que este é definido [...] como “a regra pela qual os homens julgam as ações dos outros em vez de a estas conformar as suas”. (PRANCHÈRE apud ROSENFELD, 2014).

⁶ Observamos que Popper (1959) usa a expressão “teoria” (sem qualificativos) também para referir explicações ou decisões interpretativas diante de quaisquer problemas a serem tentativamente resolvidos.

Note-se que aqui a ênfase deixa de ser a opinião estabelecida ou o acervo de crenças, – para se caracterizar como competência de julgamento. Isso significa que, conforme a conjuntura política, a competência generalizada do senso comum pode funcionar em padrão renovador e não mais apenas na conservação das opiniões estabelecidas. “O senso comum assim compreendido é menos uma opinião reitora já constituída e sim um sentimento ao qual é preciso permitir se exprimir” (PRANCHÈRE, 2014, p. 2).

**No âmbito da Sociologia,
encontra-se maior
diversidade de posições
e enfoques – desde
uma recusa radical do
senso comum; até uma
centralidade do senso
comum para a busca
de conhecimento sobre
a sociedade.**

Essa perspectiva enfatiza como observável não a opinião pronta e reproduzida, mas antes o momento mesmo em que essa opinião se produz – pelos processos do senso comum. Pranchère refere também, nesse mesmo aspecto, Thomas Paine, no manifesto da Revolução Americana do século XVIII, mostrando que este “convenceu seus leitores a reconhecer um ato de senso comum na decisão de uma ruptura histórica [...] sem outro apoio senão na invocação da [sua] experiência prática e cotidiana” (PRANCHÈRE, 2014, p. 2).

*

No âmbito da Sociologia, encontra-se maior diversidade de posições e enfoques – desde uma recusa radical do senso comum, exigindo do pensamento científico uma ruptura com relação a este, até uma centralidade do senso comum para a busca de conhecimento sobre a sociedade.

Ben Mohamed Kostani cita a proposição de Émile Durkheim, de que o trabalho da ciência social exige afastar o comum: “É preciso descartar sistematicamente todas as pré-noções” (DURKHEIM apud KOSTANI, 2015, p. 3).⁷ Fica clara, aí, a ênfase referida a proposições sobre o mundo, generalizadamente aceitas como válidas, das quais entretanto o conhecimento científico deve desconfiar.

Durkheim acrescenta como um defeito adicional do senso comum a perspectiva de que este “não pode descobrir nada, ao passo que a descoberta constitui um dos objetivos principais da ciência” (apud KOSTANI, 2015, p. 8).

A distinção se mantém com Bourdieu, que vê no senso comum um processo relacionado ao “habitus”, e, portanto, a uma repetição acrítica de crenças e decisões padronizadas por uma incorporação mais automática que refletida. Já aqui, o que é apontado como negativo não são, diretamente, enunciados sobre o mundo, mas sim o comportamento enraizado na repetição.

Por outro lado, aportes fenomenológicos e de Sociologia compreensiva resistem a aceitar explicações exclusivamente *externas*. Observam que o ator social não age mecanicamente conforme determinações da estrutura social. Schütz propõe que:

⁷ O autor marroquino faz, nesse artigo, um cotejo entre determinadas proposições de Émile Durkheim e um pensador árabe do século XIV, Ibn Khaldoun.

Os objetos de pensamento construídos pelo pesquisador em ciências sociais, a fim de apreender a realidade social, devem ser fundados sobre *objetos do pensamento construído pelo senso comum* dos homens vivendo cotidianamente no mundo (apud KOSTANI, 2015, p. 5, grifamos).

Christias Panagiotis, por sua vez, comentando Patrick Watier, observa que

[...] os modos de conhecimento teórico da ação não são *essencialmente* diferentes dos modos de conhecimento prático da ação. [...] Por que o ator tem necessidade de compreender sua ação? A resposta a essa questão constitui o fundamento de todo o programa compreensivo. Se o ator não compreende sua ação, não pode agir. Pois não se age só. Age-se no interior de um conjunto de atores e de ações. (PANAGIOTIS, 2005, p. 3, grifo no original).

No mesmo ambiente da Sociologia compreensiva, a Etnometodologia assume que

[...] o senso comum é sinônimo de raciocínio prático, no qual a experiência e a ação se tornam *accountable*.⁸ Trata-se de uma primeira teoria social engendrada na prática cotidiana pelos atores para suas atividades do cotidiano. (GUEORGUIEVA, 2002, p. 5).

Assim, nessa visada sociológica, importa estudar tanto os métodos de conhecimento dos membros (participantes sociais) como os dos pesquisadores em ciências sociais. Não que sejam diretamente correlatos – mas ambos se caracterizam como modos diversos de aquisição de conhecimentos e de tomada de decisões.

*

Kostani (2015), ao cotejar Durkheim e Khaldoun, oferece pistas interessantes para a distinção entre lógicas diversas dos dois saberes. Observa que Durkheim, tendo recusado *in limine* as pré-noções do senso comum, porque sujeitas a engano, depois, em um artigo escrito juntamente com Marcel Mauss (“Sobre algumas formas primitivas de classificação”, de 1903) indica “que a ciência, ela mesma, vem historicamente do senso comum, em uma alquimia complexa de continuidades e descontinuidades” (KOSTANI, 2015, p. 9). O artigo de Mauss/Durkheim trata de classificações desenvolvidas pelo senso comum que estariam na base de elaborações posteriores em busca de sistematicidade e abrangência.

Essa percepção nos lembra da hipótese, bastante verossímil, de que o conhecimento matemático teria derivado dos problemas práticos da agrimensura, para obter a melhor organização de áreas de plantio, a partir dos quais, por abstração crescente, se teria chegado ao raciocínio propriamente matemático.

⁸ Em inglês no original francês. O sentido de *accountable* corresponde ao fato de que o membro do grupo social é responsável por seu raciocínio (este não é “automático”), e ainda que este é descritível pelo membro.

No mesmo artigo, Kostani mostra ainda a perspectiva matizada de Ibn Khaldoun. Este assinala, primeiro, o método rigoroso que um verdadeiro historiador deve seguir, na observação dos fatos e das situações, pondo à distância o senso comum. Mas em outra passagem, o pensador enfatiza a importância que dá ao “espírito do comum”:

—

O que notamos, até aqui, pelo menos tendencialmente, é uma postura prévia de recusa ou aceitação do senso comum, seguida pela observação de alguns de seus componentes – justamente aqueles que confortam a posição adotada.

—

[...] que se aproximaria mais da realidade que o espírito sábio [...]. Os sábios estão habituados a generalizar seus julgamentos [...]; assim, quando se ocupam da administração versam suas ideias no mesmo molde que serve a suas especulações [...]. Disso resulta que se enganam frequentemente e não inspiram nenhuma confiança. (IBN KHALDUN apud KOSTANI, 2015, p. 11).

Estas perspectivas, mais matizadas que as de uma simples atitude em bloco, servem-nos, então, de passagem para chegarmos a reflexões relacionadoras entre o senso comum e um pensamento comunicacional.

Uma aproximação abrangente

O que notamos, até aqui, pelo menos tendencialmente, é uma postura prévia de recusa ou aceitação do senso comum, seguida pela observação de alguns de seus componentes – justamente aqueles que confortam a posição adotada.

A superação de tais posições muito marcadas pede alguns movimentos complementares. Um deles é o de evitar uma apropriação genericamente positiva ou negativa dos aspectos referidos. Alguns autores citados no item anterior buscam uma visão mais ponderada, observando características diversificadas, que é preciso, porém, ainda ampliar.

Outro encaminhamento é o de evitar o parcelamento do fenômeno em aspectos isolados – é preciso buscar uma composição abrangente e articulada. Assim, os aspectos diversos e de diferentes naturezas devem ser relacionados – acreditamos que uma aproximação sincrética favorecerá não apenas uma melhor percepção do fenômeno em sua complexidade, como permitirá inferir os elementos de composição.

É preciso ainda explicitar suas “lógicas de funcionamento” nos contextos em que esse funcionamento é desencadeado. É aí, e não nos contextos de baixa pertinência, que devemos apreender o sentido do senso comum, com seus aportes significativos e seus limites. Trata-se de examinar características próprias do senso comum, para perceber seu âmbito de interesse e de eficácia. Com base nessa percepção, tornam-se mais claras as distinções entre o senso comum e outros processos, próprios de “lugares” especializados. Percebida a distinção, é possível, então, reconhecer e acionar modos de continuidade entre ambos, evitando a confusão de pertinências.

*

Para a dupla superação proposta – das preferências axiológicas prévias; e da dispersão de características – vamos tentar distinguir categorias que podem organizar os aspectos referidos, e ao mesmo tempo relacioná-los. Consultando a pequena lista de referências feitas, constatamos três grandes tipos de aspectos: algumas características se referem a *competências humanas* relacionadas ao senso comum; outras aos *processos sociais* do senso comum; e finalmente outras ainda dizem respeito ao *acervo* ou “produto” do senso comum estabelecido.

Essa composição triádica – embora não explicitada formalmente por nenhum dos autores que consultamos – vai sendo composta pelos aspectos que estes referem. Como fenômeno humano e social, o senso comum envolve competências da espécie; que vão se exercitar socialmente segundo um determinado conjunto de processos característicos; resultando em um “produto” – que é esse acervo reconhecível de ideias, enunciados, decisões, atos e regras. Generalizadamente difundidos no âmbito de uma cultura, podem ser percebidos como atinentes ao “senso comum”, tornando-se assim indicadores para seu reconhecimento (e distintos do que outros âmbitos da ação humana vão produzir).

a) As competências ou “qualidades” do ser humano

Essas qualidades (produtivas ou limitadoras) se encontram no indivíduo – mas, salvo exceções, são largamente comuns a todos. Características da espécie, portanto.

Na concepção aristotélica, temos uma competência de percepção que – integrando o que nos chega pelos cinco sentidos – viabiliza uma apreensão complexa das coisas do mundo, que vai além do ver/ouvir/cheirar/tatear/sentir sabores; pois permite composições diversificadas, logo, cotejos. É certamente uma qualidade relevante, que estará na base de todas as demais. O que é posto em comum são os cinco sentidos; mas a transição para a noção atual é facilitada pelo fato de que esse “sentido em comum” é certamente também comum a todos os seres humanos.

Encontramos uma variedade de qualidades significativas. Temos a competência de racionalidade – seja apresentada como valor positivo (bom senso), seja por ênfase em sua presença insuficiente ou limitada. Há também uma referência à capacidade de julgamento – eventualmente relacionada à possibilidade, conforme as circunstâncias, do julgamento crítico. Os autores referidos oferecem ainda outras competências como centralmente relacionadas ao senso comum: o raciocínio prático e o comportamento adaptativo necessário para enfrentar os problemas da realidade. É também referida a capacidade de *intuição*, que percebemos relevante para tais comportamentos.

Com uma visada menos simpatizante, e de certa forma aparecendo como a face negativa desses comportamentos, aparecem as tendências humanas de incorporação e “automatização” do exercício da prática, levando a comportamentos enraizados na repetição; ou ainda a tendência instintiva da imitação.

Não vendo como restringir o relacionamento do senso comum a nenhuma de tais características, com exclusão das demais, entendemos que todas elas reunidas compõem um

conjunto de “competências da espécie” que, de algum modo, estão associadas aos processos e produtos que tendemos a reconhecer como “de senso comum”.

Nesse conjunto, e aqui buscando já um ângulo que me parece mais próprio para as questões comunicacionais, quero acrescentar uma competência e uma ênfase a essa lista.

No ponto alto do conjunto de procedimentos, o senso comum se caracteriza como um modo de conhecimento – um saber de tipo especial, disseminado na sociedade.

No artigo “O grau zero da comunicação” (BRAGA, 2015), assumindo a comunicação como processo construtor básico de qualquer outro processo ou instituição social (inclusive a linguagem), afirmei não poder adotar a ideia da comunicação *começando* (tendo como ponto de partida, ou “grau zero”) em qualquer destes processos ou instituições. Busquei então esse ponto zero em competências humanas naturais (da espécie) que, não sendo ainda “comunicação”, ofereceriam a base biológica necessária para seu surgimento. Sem poder entrar aqui no detalhe da argumentação apresentada (que ao mesmo tempo refere e tensiona Gabriel Tarde), propus como grau zero da comunicação a competência humana da imitação (não meramente reprodutiva, mas adaptativa) que,

por sua limitada possibilidade de copiar, se desdobra estruturalmente em necessidade e competência inferencial.⁹

Considero assim que estas competências gêmeas e articuladas de “perceber/ imitar” o outro; e de inferir abduativamente o que não está ao alcance da imitação – colmatando parcial e tentativamente as diferenças entre os seres humanos – compõem o grau zero da comunicação: aquilo que não é ainda comunicação, mas é tudo o que a espécie humana requer *para desenvolver sua comunicação*.

Posso agora constatar que essa qualidade articulada da espécie se relaciona com aquelas listadas acima, referidas pelos autores citados. Carlo Ginzburg (1986) atribui à competência inferencial um determinado sentido da palavra “intuição”. A inferência abduativa, se é menos precisa que as rigorosas inferências dedutivas e indutivas, tem a vantagem de sua plasticidade contextual e de ser natural no ser humano. Pode ser aperfeiçoada pela prática, mas não precisa ser ensinada. Entendo que essa competência complexa aciona todas aquelas competências referidas como caracterizadoras do senso comum.

A considerada insuficiência de racionalidade ou de julgamento, os comportamentos práticos adaptativos, como também a própria tendência repetitiva que leva à busca de padrões e de códigos (para reduzir o risco de decisões dispersas ou nocivas) parecem-me diretamente relacionados às características da inferência abduativa – um movimento da mente ao mesmo tempo intuitivo, racional e limitado (pela frequente insuficiência de dados disponíveis) – mas ainda assim podendo produzir boas hipóteses *nestas condições*.

⁹ Trata-se da competência natural do ser humano para fazer inferências abduativas: imaginar explicações com base nas condições de informação disponíveis.

Ao lado desse conjunto de competências diversamente relacionadas ao senso comum, mais duas observações devem ser enfatizadas, para uma boa compreensão da questão. A primeira é a constatação de que o senso comum depende das conjunturas variáveis do mundo da vida. As competências humanas podem ser estimuladas pelo exercício produtivo; ou estioladas – não se exercendo ou aparecendo em práticas nocivas. A segunda, de certo modo consequência da primeira, é que o senso comum, resultado desse encontro diversificado, é *estruturalmente variável*. Assim, todas aquelas competências, as qualidades e os comportamentos humanos mostram variações de exercício, não só de um para outro indivíduo, mas também nos atos sucessivos de um mesmo indivíduo, conforme suas circunstâncias imediatas.

Creio que essa diversidade inevitável deve ser mantida em mente com relação a todos os aspectos do senso comum – o que ajudaria a evitar valorações apenas abstratas e a favorecer perspectivas analíticas voltadas para ocorrências no mundo vivido.

b) Os processos relacionados ao senso comum

Algumas características do senso comum referidas pelos autores correspondem a processos sociais. O senso comum é relacionado às ações da experiência prática e ao exercício da linguagem cotidiana, não especializada.

No ponto alto do conjunto de procedimentos, o senso comum se caracteriza como um *modo de conhecimento* – um saber de tipo especial, disseminado na sociedade. Este saber se mostra intuitivo, marcado pela experiência subjetiva, voltado para o enfrentamento prático e imediato de problemas concretos ocorrentes. Como “saber profano”, não formalizado, é o modo coerente com a experiência prática, nas circunstâncias mesmo da vida em sociedade e nas relações com a natureza.

Esse processo, de funcionar como um modo de conhecimento próprio do ambiente das práticas sociais, já em si valorável, é ainda reforçado por algumas características a ele atribuídas. Aparece como construção de objetos de pensamento, implicando uma autocompreensão do sujeito, com relação a suas próprias ações práticas. Aquelas teorias profanas são engendradas na prática, levando a realizações dos atores em suas ações. Ultrapassam mesmo o nível da realização imediata, podendo gerar categorias (ainda que, na perspectiva da exigência científica, estas possam ser consideradas “primitivas”). A transferência e a geração de categorias representam, já, uma ampliação de abrangência para conjuntos de situações parcialmente semelhantes, parcialmente diferenciadas.

No lado baixo da escala de valoração, por outro lado, os processos de senso comum mostrariam uma atitude conservadora, de mera adesão, por simples ouvir dizer; e se propagariam por imitação repetidora, como ação reprodutiva mecânica. O saber espontâneo do senso comum levaria a erros, mostrando-se como forma de conhecimento rudimentar.

O senso comum constitui, por seus processos, um âmbito de ação e de conhecimento humano diretamente vinculado à vida prática cotidiana, que faz desenvolver uma experimentação relacionada a situações vividas; e uma experiência subjetiva com possibilidade de crescimento e complexificação – adaptativamente relevante para o enfrentamento dos

problemas de ordem prática a serem enfrentados. Nesse esforço adaptativo e produtivo, o senso comum age por ensaio e erro – procedimento que me parece central como caracterizador – e portanto oferece respostas que podem ser menos ou mais adaptadas e pertinentes para os problemas da realidade.

Em uma perspectiva mais abrangente, encontramos referências a descrições, proposições e modos de agir atestados pela cultura – o que corresponde justamente à visada da Antropologia.

Como lembra Popper (2001), uma dificuldade do processo espontâneo de enfrentamento de problemas é que as respostas produzidas são confrontadas ou recusadas apenas no longo prazo – em função de suas consequências. Além disso, percebemos nós, como as respostas e seus resultados dificilmente são excelentes ou péssimos, uma relativa adequação, mesmo bastante pobre, pode ser suficientemente confirmada, fazendo reiterar e direcionar os encaminhamentos sucessivos, às vezes fechando o caminho a alternativas que seriam talvez mais eficientes, mas nem chegaram a ser tentadas.

É esse quadro que faz aceitar *o conjunto* de referências como satisfatoriamente descritivo: o senso comum desenvolve processos muito interessantes; mas estes produzem resultados variados. Isso significa que não devemos “definir” o senso comum por seus erros nem por seus acertos – já que ambos ocorrem; e sim *pelos lógicas processuais* segundo as quais eles ocorrem.¹⁰

De todo o conjunto referido, questionamos apenas uma perspectiva. Émile Durkheim considera que o senso comum é incapaz de produzir descoberta.¹¹ Diversamente, o processo prático por ensaio e erro e por experimentação concreta, estimulando inferências abduativas, nos parece ser exatamente a base e o processo (primitivo?) de descobertas pelo ser humano. Charles S. Peirce considera a abdução o único método efetivamente viabilizador de verdadeiras descobertas. Não assegura sistematicamente procedimentos de validação, mas descobrir e validar são, justamente, processos diferentes – que a ciência, aí sim, vai articular, em seu modo de conhecimento. Mas então já entramos em *lugares próprios* a outros tipos de discurso. O lugar comum, que caracteriza o âmbito processual que estamos analisando, é certamente um espaço básico para descobertas. O senso comum é o ambiente em que a sociedade inventa – interacionalmente – seus processos e sua cultura, no enfrentamento direto de seus problemas concretos.

Isso nos permite complementar os processos referidos com uma ênfase: um processo fundamental do senso comum é a comunicação social – não caracterizada como propagação de mensagens, mas sim correspondendo ao enfrentamento tentativo das

10 O sistema de erros e acertos do senso comum é certamente diferente do sistema de erros e acertos da ciência ou de outros campos especializados.

11 Certamente, é incapaz de fazer descobertas *de cunho científico* – mas isso seria apenas afirmar uma obviedade, uma vez que apenas a ciência pode ter tal característica.

situações do mundo através de articulação e de tensionamento produtivos entre as diferenças dos seres humanos.

c) Acervo – os produtos do senso comum

O que estamos denominando de acervo do senso comum corresponde ao imenso e diversificado conjunto de resultados dos processos ativados no exercício daquelas competências básicas em que o ser humano e a sociedade enfrentam o mundo da natureza e o mundo social. Esses resultados, postos a circular (comunicacionalmente) na sociedade, vão ser recebidos, selecionados e diversificadamente acolhidos como *expressão* do senso comum.

Por isso mesmo, tal acervo é diversificado no tempo e no espaço, correspondendo à variação cultural, potencialmente infinita. Não se trata, portanto, de entrarmos em considerações sobre os “conteúdos” de tal produção – que só podem ser estudados, em visada acadêmica, focalizando a análise de casos ou de culturas particulares, *per se* ou comparativamente.

Trata-se, aqui, de comentar alguns dos elementos referidos pelos autores citados; assim como as atitudes que estes expressam quanto ao valor de tais elementos. É nesse terceiro conjunto que encontramos as restrições mais contundentes dos autores.

Em uma perspectiva mais abrangente, encontramos referências a descrições, proposições e modos de agir atestados pela cultura – o que corresponde justamente à visada da Antropologia. Os produtos do senso comum caracterizam e expressam a cultura, como resultado estabelecido de sua processualidade. Podemos facilmente nos alinhar com essa apreensão larga do conjunto. Aqui não há valorações prévias, mas apenas curiosidade e interesse de compreensão sobre o que caracteriza uma cultura, em si mesma.

Dentro dessa diversidade, alguns elementos mais específicos chamam a atenção dos filósofos e dos cientistas. Crenças e opiniões, por exemplo. São claramente distintas de conhecimentos, no sentido de que não podem pretender uma correlação com a objetividade das coisas. Representam antes posições subjetivas – nem por isso menos sociais, considerada a forte incidência da intersubjetividade naquelas posições.

Desde cedo vamos encontrar uma desconfiança comparativa com relação a crenças e opiniões, por contraste com um conhecimento rigoroso – como vimos com Platão e depois com Spinoza. Vimos também que as proposições e enunciados do senso comum sobre o mundo aparecem (no período de fundação da Sociologia) como pré-noções – ideias não rigorosas a respeito do mundo social, sujeitas a engano, e devendo ser liminarmente descartadas. Aqui já não se trata mais, apenas, de “opiniões”, mas de afirmações “explicativas” sobre o mundo – entretanto não formalizadas com rigor conceitual.

Efetivamente, tais “explicações” são sujeitas a erro. Por outro lado, outros autores (e outras disciplinas) observam também, no âmbito dos conhecimentos práticos, uma funcionalidade e eventualmente uma adequação destas – a ponto de poderem ser chamadas de “teorias implícitas”, ou “teorias profanas”.

Mesmo reconhecendo – como fazemos – o valor prático e social, assim como o interesse de tais explicações e “teorias” para a vida cotidiana, não podemos contestar o fato de que

são “sujeitas e erro”. Entretanto, essa constatação não é suficiente para distinguir as teorias implícitas produzidas pelo senso comum das teorias científicas. Basta um mínimo conhecimento da história das ciências para compreendermos que a ciência também erra. Como mostra Popper (1959), o que distingue a ciência não é uma impermeabilidade ao erro, mas a busca sistemática de sua superação (falseabilidade). Assim, a simples afirmação do eventual erro não serve para caracterizar ou julgar o acervo do senso comum.

—

**Talvez por isso a percepção
enfatuada do senso comum
como “conservador”
pois, adaptado ao que
já está, tenta “ver” em
outras circunstâncias as
proposições e explicações
já assumidas – arriscando
equivocar-se mais na
transferência que
na descoberta.**

—

Não caberia pretender um valor universal ou abstrato das proposições ou explicações do senso comum – não se pode mesmo adotar, como critério de julgamento e crítica sobre proposições específicas deste, uma verificação genérica de “acerto ou erro”. Deveríamos antes defender um critério duplo de “fazer sentido” e de “ter pertinência”.

John Dewey (1998) assinala que proposições de ordem prática, expressas na situação da experiência vivida, encontram aí seu espaço de validade e sentido. Um conhecimento gerado em contexto só pode ser efetivamente aquilatado em relação a contextos.

Os critérios de pertinência e de fazer sentido se colocam desde o *movimento interno* do senso comum – não dependem de um olhar julgador externo, a partir de uma visada científica. O próprio senso comum inclui uma autoexigência, no que se refere a esses dois critérios. É o que nos permite, a todos, nos ambientes diversificados do senso comum, recusar criticamente uma opinião ou explicação por meio de expressões

como “isso não faz sentido”, “isso foge ao bom senso” – que não se referem a uma validade *per se* da proposição, mas sim a sua adequação ao de que se está tratando, a sua pertinência para a situação em pauta.

Por isso mesmo, alguns equívocos, no mundo da vida, relacionados a decisões e explicações não pertinentes, não deveriam ser atribuídos ao senso comum, mas sim a sua ausência. O próprio processo básico do senso comum, o ensaio e erro, implica a necessidade de atenção ao que é tentativo, para se perceber a qualidade dos resultados e reduzir o erro. Voltamos, assim, à questão dos sistemas de erros. Em um processo que se caracteriza como de ensaio e erro, a probabilidade de equívoco é estrutural. A “verificação”, de ordem prática, se faz pela seleção comparativa entre as tentativas que parecem ser (no contexto dado) mais adequadas. A seleção assim produzida pode ser eventualmente lenta ou de baixa precisão – mas não se pode negar a existência estrutural dessa seletividade.

Como o senso comum gera resultados descritíveis (e, portanto, passíveis de reprodução), estes podem ser acionados em outras circunstâncias, com consequências específicas

de maior ou menor adequação. Pode desenvolver, mais que apenas respostas imediatas para circunstâncias específicas, transferências possíveis e teorias implícitas.

O “fazer sentido” não se circunscreve, portanto, ao contexto imediato – implica também os contextos diversos em que, por transferência, o senso comum é exercido. Nesse movimento transferencial, se não percebermos as especificidades diferenciais da nova situação, arriscamos ficar na superfície das semelhanças pouco relevantes – e o resultado será o de que aquelas proposições, inicialmente válidas, “perdem o sentido” quando inscritas na nova situação.

Talvez por isso a percepção enfatizada do senso comum como “conservador” pois, adaptado ao que já está, tenta “ver” em outras circunstâncias as proposições e explicações já assumidas – arriscando equivocar-se mais na transferência que na descoberta. Este parece ser, efetivamente, um dos riscos recorrentes do senso comum – sempre que, das competências articuladas de imitação e inferência (que sugerimos centrais, em trecho anterior) se dê sobre-ênfase à primeira e insuficiente atenção à segunda.

Esta última afirmação leva à possibilidade de uma inferência interessante: a de que os equívocos do senso comum podem ser superados não apenas através de sua substituição radical por conhecimentos científicos, no âmbito próprio de tais saberes; mas também – quando no ambiente prático do senso comum – por desenvolvimentos dessa competência-chave que é a inferência abduktiva. Não devemos esquecer, além disso, a possibilidade (assinada por Rosenfeld e por Thomas Payne) de que os contextos abrangentes chamem à mudança – e aí a pertinência já será outra.

Para o estudo de acervos específicos, além da análise em contexto, um ângulo que interessa particularmente aos estudos da Comunicação é a possibilidade de investigação arqueológica.

Para Luís Mauro Martino “o senso comum é uma forma rudimentar de conhecimento do mundo, uma forma “pré-científica” ou “acientífica” de compreender e dar sentido aos fenômenos reais” (MARTINO, 2005, p. 5). Malgrado a posição restritiva, assinala o processo de conhecimento e sua possibilidade de fazer sentido. E termina o artigo com a seguinte afirmação: “Trata-se de compreender [...] a gênese e a estrutura do senso comum conforme se apresenta para a apreensão, nas ações e no discurso”. (MARTINO, 2005, p. 9).

Na perspectiva da Comunicação, justamente, mais que o exame dos acervos do senso comum, interessa estudar as dinâmicas que os originaram. O que implica perceber, no produto específico, o sintoma dos processos interacionais que o desenharam.

Continuidades & transições

No âmbito do senso comum, conforme os problemas enfrentados e os encaminhamentos tentativos acionados, desenvolvem-se processos e acervos crescentemente focados – de modo que conjuntos específicos de problema/tentativa/solução vão se destacando, constituindo a base para especialidades de conhecimento e/ou de ação. Geram novos processos

e desenvolvem suas competências por adaptatividade direcionada,¹² compondo processos especializados. Por seu grau de especificidade e aprofundamento, deixam de ser acessíveis (ou de ter interesse direto) para todos. Podemos relacionar esses circuitos de especialidade aos “lugares próprios” de Aristóteles, nos quais determinados tipos de discurso encontram seu ambiente de exercício.

Durante o trabalho de investigação “de campo”, ocorre com frequência a necessidade de decisões práticas não preestabelecidas em paradigmas científicos.

Historicamente, as especialidades se desenvolveram a partir de questões surgidas no âmbito do senso comum, formando *lugares próprios* de pensamento e ação na sociedade. Há, portanto, desde a origem, uma continuidade entre o senso comum e processos especializados de conhecimento. O campo científico e, dentro deste, as diferentes disciplinas de conhecimento, se caracterizam deste modo – como espaços *em processo de distinção do senso comum*. O próprio fato de que a área da Comunicação se encontra em uma fase de desentranhamento – do senso comum e de campos especializados outros – sugere a necessidade de uma atenção sobre a processualidade comunicacional nos ambientes comuns da sociedade.

Os campos de especialidades não se tornam secamente isolados entre si nem situados em um ambiente composto apenas por outros e outros campos igualmente especialistas. Diversamente, banham todos em um ambiente comum que não só lhes oferece base e articulação, como penetra fortemente seus processos específicos, os dinamiza, complementa suas lacunas, favorece ou tensiona seus movimentos, servindo como ambiente cultural geral em que se encontram e se relacionam.

Deve-se evitar a confusão entre os dois tipos de “lugares” – mas isso não corresponde a uma *ruptura* entre os campos especializados e o senso comum. A permeação entre ambos vai além da relação de origem e se mantém por uma contínua e mútua penetração de processos. Vamos apenas referir alguns ângulos dessa porosidade, no que se refere às ciências humanas e sociais, e especialmente à Comunicação, com sua característica de disciplina em vias de constituição.

Para além disso, assinalo o constante trabalho, em pesquisa, da geração de hipóteses. Mesmo nas ciências bem estabelecidas, o avanço do conhecimento se faz a partir de perguntas e hipóteses antes não postas, e para as quais não há “regras científicas” de geração. Paul Thagard propõe, como o primeiro de quatro fatores que devem compor um modelo de epistemologia histórica, “a atividade abdução intencional de cientistas para chegar a novas teorias e conceitos” (THAGARD, 1980, p. 193).

12 No senso comum, a adaptatividade é direcionada por objetivos práticos. No campo científico, por objetivos de conhecimento especificados. Paul Thagard enfatiza essa intencionalidade seletiva: “Os cientistas se esforçam para chegar a teorias que sobrevivam ao processo de seleção” (1980, p. 189).

Outras transições criam vínculos importantes: a presença, no senso comum, dos processos e métodos práticos envolve uma autopercepção pelo ator social, levando à necessidade, para o pesquisador, de compreendê-los.

Com o uso da linguagem cotidiana, o conhecimento produzido pelas CHS utiliza o principal instrumento do senso comum. Por mais que se busque dar precisão conceitual a muitas das expressões de uso cotidiano (que tomam, então, sentido rigoroso e controlado, no âmbito acadêmico), não existe a possibilidade de formalizar totalmente nossa linguagem como o fazem, por exemplo, os matemáticos. A linguagem comum se torna, portanto, também um instrumento para o trabalho de pesquisa – para cujo uso, é preciso que o pesquisador busque o máximo de pertinência e de sentido contextualizados. E isso, como vimos, é próprio dos processos de senso comum, embora, na pesquisa, deva ser trabalhado com maior acuidade. Nessa mesma direção, o trabalho interpretativo implica, não raramente, o exercício de competências intuitivas.

Durante o trabalho de investigação “de campo”, ocorre com frequência a necessidade de decisões práticas não preestabelecidas em paradigmas científicos. A pesquisa em sociedade não consegue controlar todas as variáveis, como se faz em laboratório. Roberto da Matta (1987) refere as decisões práticas (entretanto importantes para o sucesso da pesquisa) que são comentadas antes nos coquetéis dos congressos que nos *papers* apresentados.

Acrescentamos, ainda, a penetração, na própria composição dos problemas de pesquisa, dos objetivos sociais práticos – como motivadores da investigação ou como espaço potencial de aplicação dos conhecimentos produzidos.

Todas essas “entradas” de questões e processos de senso comum podem ser produtivas, para uma percepção abrangente dos objetos complexos com os quais trabalhamos. Cabe, porém, perguntar se não trazem riscos concomitantes, no que se refere à validade dos processos e dos resultados da pesquisa qualitativa. Dois aspectos da produção científica devem representar anteparo para esse risco, efetivamente existente. Se bem conduzidos, serão mais eficientes do que a ilusão da ruptura com o senso comum.

O primeiro anteparo corresponde à nossa observação anterior, sobre a variação qualitativa no exercício do senso comum. Em determinadas condições, este pode ser efetivamente superficial e falho; mas pode se exercer também em condições de forte exigência no que se refere à pertinência e a produzir sentido. Espera-se que o espaço acadêmico seja um estimulador (e mesmo um ambiente de controle pela prática) no que se refere à formação e a condições de exercício dessa acuidade – particularmente através dos procedimentos de debate crítico e do trabalho em equipe, que favorecem a complementação e o aperfeiçoamento de raciocínios e inferências.

O segundo e principal anteparo deve ser o trabalho de verificação, rigoroso e constante, da validade de processos e explicações. Corresponde ao que Karl Popper propõe com a ideia de *falseabilidade*. É no enfrentamento do esforço concentrado de demonstração dos eventuais equívocos processuais e teóricos da pesquisa que o conhecimento científico se demarca e se reforça. Não como tentativa de recusa liminar de um senso comum que é parte

da inserção do pesquisador na sociedade; mas por submeter a testes rigorosos e sucessivos todas as suas suposições eventualmente “importadas” do senso comum.

Conclusão

Acredito que minha perspectiva inicial, que propunha a validade de aceitação de ofertas do senso comum, se encontra bem sustentada nas referências e inferências aqui propostas.

**Todas essas “entradas”
de questões e processos
de senso comum podem
ser produtivas, para uma
percepção abrangente dos
objetos complexos com os
quais trabalhamos.**

Podemos agora ampliar, com maior especificidade, aquela perspectiva de continuidade e transições entre o senso comum e o conhecimento comunicacional.

Considerando a ativação social da competência inferencial abduzida, a comunicação está na base das qualidades da espécie que compõem o senso comum. A comunicação é também o processo de geração e socialização das ações, decisões e explicações do senso comum e da formação de seus acervos. Por tais razões, o senso comum é o ambiente geral da sociedade em que se podem observar os processos de comunicação em ação.

Assim como a Antropologia vê o fenômeno do senso comum pelo ângulo da cultura, a Ciência Política pelo aspecto das opiniões conservadoras ou inversamente de resistência à opressão, a Linguística pelo uso da linguagem comum e por seus aspectos pragmáticos e performativos, a Psicologia pelos comportamentos e interpretações do ser humano em sociedade, a Sociologia por enunciados sujeitos a erro sobre a sociedade, ou ainda, na visada compreensiva, pelas lógicas internas das ações e das decisões dos sujeitos; percebemos no senso comum competências humanas que estão, ao mesmo tempo, na processualidade comunicacional. Aquelas competências *se exercem* através de processos interacionais – resultando em opiniões e explicações em modo experimental e de reprodução (adaptativa) das ideias que parecem funcionar adequadamente.

Isso não corresponde a propor o senso comum como o ambiente exclusivo do exercício da comunicação, pois a comunicação é também um processo de transição do senso comum aos processos especializados em geral (inclusive aos da produção científica), ao viabilizar, pelo coitejo de proposições, o aperfeiçoamento de inferências, testes seletivos e formulação de padrões e regras. Isso ocorre, inicialmente, por procedimentos tentativos, sucessivamente direcionados para codificações pertinentes – assinalando que tais tentativas são de ordem comunicacional.

Assim, a comunicação não se restringe ao que ocorre no senso comum. Não só participa da constituição de campos especializados, como continua a ser um elemento dinamizador destes, colmatando e tensionando suas lógicas próprias. Essa situação é particularmente instigante quando observamos que o campo especializado, de cujo desentranhamento estamos todos – pesquisadores da área – participando, é justamente o da construção de um *lugar próprio* como conhecimento acadêmico sobre o fenômeno comunicacional. Nosso

âmbito de reflexão e pesquisa na área da Comunicação – envolvendo o desenvolvimento epistemológico deste campo – não pode se eximir de contatos intensivos com o âmbito do senso comum do qual esse conhecimento se desprende.

Aceitar suas ofertas, porém, não significa acolhê-las por seu valor de face. Trata-se antes de uma questão de transferência, com os mesmos riscos e cuidados já assinalados para mudanças de contexto, no âmbito mesmo do senso comum, agora referidos a uma mudança do “lugar comum” para um “lugar próprio” em construção.

Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BRAGA, J. L. O grau zero da Comunicação. *E-Compós*, Brasília, v. 18, n. 2, mai/ago, 2015.

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEWEY, J. The Development of American Pragmatism. In: HICKMAN, Larry; THOMAS, Alexander (Org.) *The Essential Dewey – Pragmatism, education, democracy*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1998. p. 3-13.

DROZDA-SENKOWSKA, E.; STRERI, A. La psychologie et le sens commun: croire le savant ou le profane? *Education et sociétés – Revue Internationale de Sociologie de l'Éducation*, n.9, 2002/1. Disponível em: <file:///C:/Users/Jose/Downloads/ES_009_0115.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *La philosophie de la praxis face à la réduction mécaniste du matérialisme historique* (cahier 11), 1933. Une édition électronique réalisée à partir du livre d'Antonio Gramsci, Textes. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/gramsci/works/1933/antiboukh2.htm>>. Acesso em: jun. 2016.

GEERTZ, Clifford. Common Sense as a Cultural System, in *Local Knowledge – Further Essays on Interpretive Anthropology*. Basic Books, [1983]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/274482538/Clifford-Geertz-Local-Knowledge-Further-Essays-on-Interpretive-Anthropology-pdf>>. Acesso em: maio 2016.

GUEORGUEVA, Valentina. Sept thèses sur le sens commun. *Altérités* (en ligne), n. 3, janvier, 2002. Disponível em: <<http://www.alterites.ca/vol3/gueorgueva.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

KOSTANI, Ben Mohamed. Complications du sens commun, entre Durkheim, Ibn Khaldoun et la sociologie compréhensive. *SociologieS* (en ligne), Dossiers, Pour un dialogue épistémologique entre sociologues marocains et sociologues français, mis en ligne le 02 novembre 2015. Disponível em: <<http://sociologies.revues.org/5141>>. Acesso em: abr. 2016.

MARTINO, Luís Mauro. Religião e senso comum: um diálogo com Gramsci. *Revista Nures*, São Paulo, PUC-SP, Núcleo de Estudos Religião e Sociedade, ano 1, n. 1, set/dez., 2005. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nures/revista1/luis.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

PANAGIOTIS, Christias. Le sens commun – perspectives pour la compréhension d'une notion complexe. *Sociétés*, n. 89, p.5-8, 2005/3. Disponível em: <www.cairn.info/revue-societes-2005-3-page-5.htm>. Acesso em: abr. 2016.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. A lógica e a evolução da teoria científica. In: _____. *A vida é aprendizagem – epistemologia evolutiva e sociedade aberta*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 17-34.

PRANCHERE, Jean-Yves. La raison du peuple (À propos de: Sophia Rosenfeld, *Le Sens commun. Histoire d'une idée politique*). In: INSTITUT DU MONDE CONTEMPORAIN. *La vie des idées*, Paris, 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/La-raison-du-peuple.html>>. Acesso em: abr. 2016.

SARFATI, Georges-Elia. La sémantique: de l'énonciation au sens commun. Éléments d'une pragmatique topique. *Revue Texto!* décembre 2004 (en ligne). Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Sarfati/Sarfati_Semantique.html>. Acesso em: fev. 2016.

TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*. 2. ed. Réimpression. Paris: Éditions Kimé, 1993, 428 pp. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>.

THAGARD, Paul. Against Evolutionary Epistemology. *Proceedings of the Biennial Meetings of the Philosophy of Science Association*, v. 1980. Volume One: Contributed Papers, p. 187-196, Chicago, The University of Chicago Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/192564?seq=1#page_scan_tab_contents>.

VOLTAIRE. Sens Commun. In: _____. *Dictionnaire Philosophique*, 1764. Version électronique publiée em 2011. Disponível em: <<http://www.monsieurdevoltaire.com/article-dictionnaire-philosophique-s-comme-sens-commun-84809726.html>>. Acesso em: maio 2015.

Data de recebimento: 03/10/2018

Data de Aceite: 10/11/2018

Dados do autor:

José Luiz Braga

<http://lattes.cnpq.br/4251781990514288>

Professor Titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. É Pesquisador 1A do CNPq. Doutor em Comunicação pela Université de Paris II, Institut Français de Presse (1984). Mestre em Educação pela Florida State University.